

Duas crises colocam em pauta duração do mandato de Sarney

ALEXANDRE POLESÍ

Enviado especial a Brasília

Estimulado pela crise econômica e pela desagregação da Aliança Democrática, o debate sobre a duração do mandato do presidente José Sarney colocará em campos opostos os dois grandes pólos de irradiação da política brasileira este ano: o Congresso constituinte e os governadores eleitos. Enquanto, hoje, parlamentares de vários partidos e tendências políticas são favoráveis a quatro anos de mandato para Sarney, os governadores que tomam posse dia 15 de março são, em geral, favoráveis a seis anos.

Ainda que negue esta intenção, o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, recolocou em primeiro plano a questão sucessória quando criticou os rumos do Plano Cruzado, há uma semana. E o PFL —do qual o ministro é presidente de honra— vislumbrou a possibilidade de dar o troco no PMDB, na eleição do futuro presidente, e vingar a derrota que sofreu em novembro último.

O deputado Inocêncio de Oliveira (PE), primeiro vice-líder do PFL na Câmara, disse quinta-feira que a crise econômica deve ser capitalizada eleitoralmente por seu partido. Ao anunciar que vai apresentar emenda ao Congresso constituinte fixando o mandato de Sarney em quatro anos, Oliveira deu o roteiro pelo qual imagina a vitória de seu partido na futura eleição presidencial.

Desgastado pela crise, disse o deputado, o PMDB seria pressionado à esquerda e à direita na futura eleição presidencial —e esta situação anularia sua hegemonia atual em 21 Estados brasileiros. Em seu raciocínio, Leonel Brizola, do PDT, não perderia a chance de sair candidato, mesmo derrotado em novembro, o que golperia o lado esquerdo do PMDB.

Por outro lado —acrescentou Oliveira—, o PFL se beneficiaria da união de vários partidos conservadores a seu candidato, como o PTB, PDS, PL e PDC. Esse candidato pode sair de uma lista com três nomes: Aureliano Chaves, o mais provável; Antônio Carlos Magalhães, ministro

das Comunicações; e Marco Maciel, ministro-chefe do Gabinete Civil.

A crise econômica determinará os rumos desse debate dentro do Congresso constituinte. Sarney terá contra si o fato de que, mesmo que adote medidas corretas e necessárias, a crise não permitirá colher resultados imediatos. Dificilmente ele poderá beneficiar-se de um surto concentrado de popularidade como aconteceu após o Plano Cruzado 1.

O resultado é que sempre haverá instabilidade no Congresso constituinte em relação à duração do mandato presidencial. O PMDB, que é maioria na Câmara e no Senado, seria o menos interessado, em tese, em apoiar a fixação do mandato em quatro anos, na hipótese de a crise se agravar. Mas o PMDB tem muitos líderes que insistem em quatro anos, como o senador Mário Covas (SP), seu presidente, Ulysses Guimarães (SP), e o governador de São Paulo, Franco Montoro.

Sarney poderá contar, então, com os governadores eleitos no ano passado. Governadores eleitos como Orestes Quércia (SP), Miguel Arraes (PE), Waldir Pires (BA) —todos eles também presidencializáveis em potencial— não teriam interesse numa eleição para presidente em 1988.

A falta de interesse é política e administrativa. Política, porque com mais tempo eles poderiam trabalhar melhor suas próprias candidaturas; administrativa, porque num contexto de crise esses governadores prefeririam ter mais tempo para se dedicar à suas gestões do que se voltarem a uma nova campanha eleitoral com apenas um ano de mandato.

No Congresso constituinte, a falta de controle sobre os vários grupos dentro do PMDB e os sinais de divergências também no PFL, em relação ao apoio a Sarney, tornarão imprevisível o debate sobre o mandato presidencial. Refém do sucesso ou do fracasso de sua política econômica, o presidente sabe que as negociações sobre a dívida externa, que começam já no Carnaval, decidirão não só os rumos da economia brasileira mas também a duração de seu mandato.